

Bancos dão desconto de até 96% em quitação de dívidas à vista

PROGRAMA DESENROLA

RENEGOCIAÇÃO A PERDER DÊ VISTA Bancos oferecem descontos à vista de até 96% e prazos que vão a dez anos

LETICIA LOPES, VICTÓRIA ABEL E VINÍCIUS MEDES

Bancos que aderiram ao Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas do governo federal, oferecem parcelamentos de até dez anos e descontos de até 96% no montante em atraso no caso de quitação à vista. Ontem, no primeiro dia de renegociações no âmbito do programa, foi grande a adesão das instituições financeiras, interessadas nos benefícios tributários que o governo concedeu em contrapartida. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo liberou R\$ 50 bilhões em créditos presumidos para os bancos.

Além de estabelecer uma negociação direta com os devedores, os bancos que aderiram ao Desenrola se comprometem a limpar o nome de "negativados" com dívidas de até R\$ 100 até 31 de dezembro

de 2022, ainda que o débito se mantenha em aberto. Em troca, o Ministério da Fazenda vai acelerar o processo de reconhecimento de créditos tributários dos bancos. Na prática, a cada R\$ 1 de dívida renegociada, o banco terá R\$ 1 a mais para novos empréstimos, com a antecipação do crédito tributário que receberia ao longo do ano, o que tem efeito positivo em seu balanço.

SEGUNDA FASE EM SETEMBRO

Na primeira etapa do programa, que começou ontem, apenas dívidas bancárias serão renegociadas. Esta fase é focada em pessoas que ganham até R\$ 20 mil (a chamada faixa 2). Numa segunda etapa, prevista para setembro, quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.640) mensais (agrupados na chamada faixa 1) também poderá renegociar dívidas com varejistas e concessionárias de serviços como água e luz, além das bancárias. Uma platafor-

ma digital permitirá uma espécie de leilão: a proposta de refinanciamento com maior desconto na dívida terá a garantia do Tesouro Nacional. O governo vai disponibilizar R\$ 7,5 bilhões por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para cobrir eventuais calotes, o que, segundo Haddad, viabilizará a renegociação de um montante de dívidas equivalente a quatro vezes mais, de até R\$ 30 bilhões. O programa vai até 30 de dezembro de 2023.

Segundo Haddad, a estimativa do total de brasileiros "desnegativados" por dívidas de até R\$ 100 é de 1,5 milhão, mas pode chegar a 2,5 milhões se o Nubank aderir ao programa. O banco digital, afirmou o ministro, foi o único que não aderiu.

— Tem um banco só que estava em dívida se aderiria ou não, porque ele tem pouca vantagem no crédito presumido e tem 1 milhão de pessoas

negativadas, o Nubank. Estamos aguardando — disse Haddad, em entrevista coletiva ontem. — Liberamos R\$ 50 bilhões (em crédito presumido) para que o setor bancário faça as renegociações, no sistema de balanço financeiro. O estímulo para o banco é ter o valor da renegociação como crédito presumido com o governo. Se o desconto para a pessoa for de R\$ 7 mil, o crédito para o banco será de R\$ 7 mil.

PARCELAMENTO BEM MAIOR

Ontem, os bancos apresentaram condições de renegociação bem melhores que a única exigência do governo para a faixa 2: parcelamento da dívida em no mínimo 12 vezes. As instituições ofereceram prazos mais longos, até dez vezes esse mínimo. Os maiores estão no Santander e no Banco do Brasil (BB), onde é possível

quitar o débito em até 120 parcelas (dez anos). Na Caixa, o prazo é de 96 meses (oito anos). O Bradesco vai oferecer 60 meses (cinco anos).

O menor parcelamento é o do banco digital Inter: no máximo três anos. As instituições não informaram as taxas de juros que usarão nos refinanciamentos, mas prometem descontos altos. No BB, chega a 96% para quem pagar à vista. Sob a mesma condição, é possível ter redução entre 40% e 90% na Caixa. Santander e Inter darão desconto de até 90%, a depender do caso. O Itaí não informou os prazos, mas promete descontos de até 60% nos juros. O Bradesco não informou o desconto que pretende aplicar.

Alexandre Ferreira, assessor da Secretaria de Reformas Econômicas, disse que o governo fará um balanço do programa no fim desta semana. O diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finan-

ças (Anefac), Andrew Frank Störfer, atribui as condições aos benefícios tributários que interessam aos bancos. Mas observa que prazo, juros e desconto serão definidos considerando vários fatores:

— Não dá para esperar que o máximo de desconto seja para todo mundo. Vai depender do tamanho da dívida, do perfil do cliente, do tempo em que o débito está em atraso, entre outras considerações. Cada caso é um, e tudo tem que ser analisado — explica Störfer, que aconselha aos consumidores insistirem em condições melhores que as apresentadas logo de início, dando o interesse dos bancos. — Não dá para aceitar a primeira oferta.

A aposentada Teresa Borges, de 61 anos, teve de pagar empréstimos com vários bancos para pagar dívidas:

— Vitrou uma bola de neve. Foi pegando empréstimo para não ficar com o nome sujo e no fim não deu certo — desabafa. — Se conseguir limpar meu nome vai ser ótimo.

'FAZ SENTIDO'

Haddad esclareceu que, nesta primeira fase, qualquer tipo de dívida bancária pode ser renegociada, incluindo financiamentos de bens e imóveis: — Desde que sejam dívidas (negativas) até 31 de dezembro (de 2022), junto ao sistema financeiro. O teto é somente o limite de renda.

Segundo analistas, faz sentido para os bancos aderirem em peso ao Desenrola, mesmo sem garantia do Tesouro, pelo incentivo tributário. Instituições financeiras têm 45% do lucro tributados por CSLL e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, mas têm alíquota efetiva em torno de 30% com o abatimento de créditos tributários, explica João Frota, analista da corretora Senso Investimentos. Dessa forma, a antecipação é atrativa.

— Não é desprezível, faz diferença e muita — diz Frota.

Carlos Daltozo, analista especializado no setor bancário da consultoria Eleven, avalia que a adesão ao Desenrola virá em bom momento para os bancos. Isso porque, em meio aos juros altos, a inadimplência subiu, obrigando bancos a aumentarem provisões, recursos reservados para possíveis perdas, o que reduziu o lucro nos balanços. A adesão ao programa pode amenizar esse efeito:

— Faz total sentido (a adesão dos bancos), principalmente na faixa 2, pessoas que têm poder aquisitivo e consomem outros serviços bancários. Frota explica que parte dos valores provisionados pode ser reconhecida como crédito tributário no futuro, mas a antecipação favorece os balanços dos bancos no curto prazo. (Colaboraram Letícia Cardoso e Caroline Nunes)



Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem esperar que 2,5 milhões com dívidas de até R\$ 100 sejam "desnegativados" com adesão de todos os bancos ao Desenrola Brasil

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11